

## Realidades e ideologia na conquista de Silves em 1189\*

1. Enquanto o espaço ibérico vai sendo progressivamente ocupado pelas hostes cristãs em detrimento do Islão, na Europa do fim do século XI é concebida “a grande empresa das Cruzadas do Oriente”<sup>1</sup>, impulsionada pela ideia de guerra santa,<sup>2</sup> e posta em movimento depois do apelo de Urbano II no Concílio de Clermont em 1095. Grande empresa esta que integra nos seus circuitos a costa atlântica peninsular, como ponto de passagem/paragem frequente entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo, por onde seguiam para a Terra Santa.

O Ocidente peninsular, o espaço português em formação, integra-se portanto no grande movimento das Cruzadas que anima a Europa e são muitas vezes as intervenções militares dos chamados *milites Christi* que permitem a conquista efectiva de importantes cidades que permaneciam sob o domínio muçulmano. A conquista destas cidades fortificadas, e bem posicionadas geoestrategicamente, exigia exércitos numerosos e máquinas de guerra adequadas, tendo em conta a morosidade e as duras condições do cerco.<sup>3</sup> A conquista de Lisboa em 1147, devida a um contexto favorável proporcionado pela instabilidade política do Islão andaluz (desagregação do Poder almorávida, substituído por uma série de pequenos reinos autónomos, denominados de

---

\* Publicado em *Poder e Sociedade. Actas das Jornadas Interdisciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, 1998, vol. 1, pp. 229-243, coord. Maria José Pimenta Ferro Tavares.

<sup>1</sup> Ruy de Abreu Torres, “Cruzados na conquista de Portugal”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Lisboa, 1971, vol. 2, p. 247. Note-se que o termo *cruzada* só surge depois da primeira metade do século XIII para designar estes movimentos do Ocidente para Jerusalém, usando-se anteriormente expressões como *expeditio* ou *peregrinatio*; cf. Michel Balard, *Les Croisades*, Paris, 1988, p. 9.

<sup>2</sup> A ideia de guerra santa, concretizada na luta sem tréguas contra o Islão e os seus seguidores (nas Cruzadas ao Oriente ou na Reconquista ibérica), é o resultado da fusão entre os princípios da guerra justa, já enunciados por Santo Agostinho (ao admitir a necessidade da guerra contra os heréticos e reconhecendo a legitimidade da guerra defensiva), e a concessão da indulgência plenária a todos os que partiam para libertar Jerusalém e os lugares santos. Trata-se, então, de uma verdadeira militarização da tradicional peregrinação à Terra Santa. Cf. Michel Balard, *op. cit.*, pp. 10-11, 111-112 e 118-120; Philippe Contamine, “Une guerre pour le royaume des cieux”, *Les Croisades*, Paris, 1988, pp. 95-104; o processo de formação e maturação desta ideologia foi estudado por Jean Flori, *La première croisade. L’Occident chrétien contre l’Islam (aux origines des idéologies occidentales)*, Bruxelas, 1992.

<sup>3</sup> São os casos de Lisboa, Alcácer do Sal e Silves, conquistadas ou reconquistadas com a ajuda dos cruzados. Cf. Ruy de Abreu Torres, *op. cit.*, pp. 247-249; Luís Krus, “Cruzados na conquista de Portugal”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Lisboa, 1985, vol. 1, p. 175. Uma exposição mais detalhada das intervenções dos cruzados no Ocidente peninsular, encontra-se em L. Saavedra Machado, “Os Ingleses em Portugal”, *Biblos*, 8-15 (1932-1939), e A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1993<sup>2</sup>, pp. 28-37.

taifas)<sup>4</sup>, beneficia também da participação dos cruzados que se dirigiam para Oriente, transformando esta cidade no “porto, por excelência, da Reconquista”.<sup>5</sup> De facto, com a tomada de Lisboa consolida-se o avanço cristão ao nível da linha do Tejo, tornando-se esta uma importante base de apoio para as incursões dos cavaleiros portugueses sobre o Sul muçulmano.<sup>6</sup>

As violentas invasões almóadas dos anos oitenta do século XII obrigam Sancho I a concentrar os seus esforços na defesa do território. Estabilizadas as relações com o reino de Leão, donde não espera qualquer ataque, preocupa-se também com a organização de ofensivas contra os muçulmanos. Aproveita a passagem de uma armada de cruzados pela costa portuguesa, na Primavera de 1189, e incita-os à conquista de Alvor, uma povoação fortificada do sudoeste algarvio. No mesmo ano, e pouco tempo depois, nova frota de cruzados presta auxílio ao rei português no prolongado cerco a Silves, uma das mais fortes e importantes cidades do Gharb al-Andalus.<sup>7</sup> Pela sua ligação permanente ao mar através do rio Arade, na altura

---

<sup>4</sup> Numa atmosfera de rebelião contra o domínio almorávida no Andaluz, a partir de 1142, Ibn Qasi surge como líder do movimento de autonomização política do Gharb: ao ocupar a fortaleza de Mértola em 1144, arrasta consigo as revoltas de Ibn Wazir de Évora e Ibn al-Mundhir em Silves. A sua aliança com D. Afonso Henriques, contra os almóadas, põe fim ao seu efêmero reinado, em 1151. Cf. David Raymond Goodrich, *A sufi revolt in Portugal. Ibn Qasi and his Kitab khal' al-na' layn*, Columbia University, 1978, em especial as pp. 1-27; Artur Goulart de Melo Borges, “Ibn Qasi, rei de Mértola e ‘madhi’ luso-muçulmano”, *Arqueologia Medieval*, 1 (1992), pp. 209-215; Adel Sidarus, “Novos dados sobre Ibn Qasi de Silves e as taifas almorávidas do Gharb al-Ândalus”, *I Jornadas de Silves. Actas*, Silves, 1992, pp. 35-40.

<sup>5</sup> Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, 1975, p. 22.

<sup>6</sup> Na parte castelhana a ofensiva anti-muçulmana ganha novo alento a partir de 1139, conduzida por Afonso VII de Leão e Castela, que aproveita a já fraca capacidade de resposta dos almorávidas. Apesar da chegada ao Tejo em 1085, com a conquista de Toledo, toda a região estremenha permanecia perigosa e pouco propícia à instalação humana, porque palco de constantes razias de uma e outra parte. Assim, para fortalecer e proteger mais eficazmente toda esta zona fronteiriça, o imperador investe contra as cidades de entre Tejo e Guadiana e entre este e o Guadalquivir, durante toda a década de quarenta do século XII, indo mesmo conquistar Almería, às portas do Mediterrâneo. Cf. Manuel Recuero Astray, *Alfonso VII, emperador. El imperio hispanico en el siglo XII*, Leão, 1979, pp. 163-183; Derek W. Lomax, *La Reconquista*, Barcelona, 1984, pp. 118-121; Manuel González Jiménez, “Frontier and settlement in the kingdom of Castile (1085-1350)”, *Medieval Frontier Societies*, ed. Robert Bartlett & Angus MacKay, Oxford, 1989, pp. 49-74, em especial as pp. 60-64.

<sup>7</sup> O geógrafo muçulmano al-Idrisi apresenta, em meados do século XII, a seguinte descrição de Silves: “(...) bela cidade edificada numa planície, está rodeada por forte muralha. Os arredores estão cobertos de hortas e pomares. Bebe-se água de um rio, que banha a povoação pelo sul e move moinhos. O oceano fica apenas a três milhas, a ocidente. Tem um porto sobre o rio e estaleiros. (...) A cidade é bonita e nela se vêem elegantes edifícios e mercados bem fornecidos”; cf. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, 1989<sup>2</sup>, vol. 1, p. 66. E também José D. Garcia Domingues, *O Garb extremo do Andaluz e “Bortugal” nos historiadores e geógrafos árabes*, sep. *Boletim da Sociedade de Geografia*, Lisboa, 1960, p. 343, onde apresenta as referências que os vários autores muçulmanos fazem a Silves. Sobre as virtualidades da sua implantação geográfica, cf. João Carlos Garcia, *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, 1986, p. 45.

navegável até à cidade,<sup>8</sup> pelas vias terrestres que daqui partiam, e que percorrendo toda a costa algarvia faziam a ligação a Córdoba e Sevilha, e destas às cidades portuárias do Mediterrâneo,<sup>9</sup> Silves usufruía de uma posição extremamente favorável em termos estratégicos, alcançando também, a partir das primeiras taifas, preeminência política em todo o Gharb.<sup>10</sup> Aliás, era este o ponto de onde partiam os muçulmanos que, por mar, iam atacar Lisboa, pelo que se tornava urgente a conquista da cidade para proporcionar a necessária segurança às vias do comércio internacional que por aqui passavam.<sup>11</sup> Era, por tudo isto, e já no século X, a urbe mais importante a ocidente de Sevilha, na opinião de Ahmad al-Razi.<sup>12</sup>

Conquistada pelos cristãos em 1189, é, no entanto, recuperada pelo Islão logo em 1191, pelas campanhas do emir de Marrocos Abu Yusuf al-Mansur,<sup>13</sup> sendo só definitivamente reconquistada entre os anos de 1242-1246.

---

<sup>8</sup> O rio era de tal modo importante para a vida da cidade que foi a partir do momento em que se deu o seu progressivo assoreamento, diminuindo a sua navegabilidade, que Silves foi perdendo muito do seu esplendor, em proveito de Portimão, edificada na desembocadura desse mesmo rio; cf. António Dias Farinha, “Silves: uma cidade luso-árabe”, *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Lisboa, 1975, p. 264. As primeiras notícias do assoreamento do Arade começam a surgir em documentos do século XV; cf. Maria de Fátima Botão, *Silves, capital de um reino medievo*, Silves, 1992, p. 20.

<sup>9</sup> Cf. Cláudio Torres, “O Garb-Al-Andaluz”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, 1992, vol. 1, pp. 390-392, e respectivos mapas.

<sup>10</sup> Cf. José D. Garcia Domingues, “Presença árabe no Algarve”, *Islão e arabismo em terra lusitana*, ed. Adel Sidarus, Évora, 1986, pp. 92-93. É na sequência do desmembramento do Califado de Córdoba, nos princípios do século X, que ocorre a primeira fragmentação em taifas, relevando-se a de Silves, que se mantém na posse dos Banu Muzayn, família de terratenentes e altos funcionários locais, durante os anos de 1048-1063; o seu domínio é relatado na *Crónica anónima das taifas*, onde se lê que “quand il [Abi Muzayn] vit apparaitre la période de troubles, il se mit dans la ville en état de révolt (*thara bi-ha*). Les habitants de Silves et de toutes les régions voisines lui prêtèrent la *bay’ a* en l’ année 400 (1048-1049). Lorsque son autorité fut bien établie, il organisa solidement la défense de la ville, en rassemble les hommes et en partagea avec eux les richesses”; cf. Pierre Guichard, *L’ Espagne et la Sicile musulmanes aux XI<sup>e</sup> et XII<sup>e</sup> siècles*, Lyon, 1991<sup>2</sup>, pp. 88-90.

<sup>11</sup> Cf. José Mattoso, *História de Portugal*, Lisboa, 1993, vol. 2, p. 94; idem, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Lisboa, 1986<sup>2</sup>, vol. 2, p. 36, onde refere, neste contexto, o interesse dos comerciantes pela conquista de Silves. Muito mais tardiamente, mas ilustrando este problema, Fernão Lopes descrevia Silves como uma “coua e defensom dos ladrões do mar, porque era assentada açerca do porto dele, e que daly jiryom os Mourros a roubar desvayradas partes do mar Oçeano”; cf. Carlos da Silva Tarouca, *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, Lisboa, 1952, vol. 1, p. 153.

<sup>12</sup> Citado por Garcia Domingues, “Presença...”, *op. cit.*, p. 90. Opinião corroborada, no século XII, por Ibn Galib, que considera Silves a capital do Gharb; cf. Joaquín Vallvé Bermejo, *Una descripción de España de Ibn Galib*, sep. *Anuario de Filologia*, 1975, p. 380. Importância também comprovada pela qualidade das cerâmicas dos séculos X, XI e XII aí encontradas; cf. Rosa Varela Gomes, “Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizantes, do castelo de Silves”, *Estudos Orientais*, 2 (1991), pp. 13-39.

<sup>13</sup> Sobre as suas investidas em território português, cf. Ambrósio Huici Miranda, “Las campañas de Ya’ Qub al-Mansur en 1190 y 1191”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2ª série, 5 (1954), pp. 56-74.

2. A *Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium, A. D. 1189*, título atribuído por Charles Wendell David<sup>14</sup> ao manuscrito latino da biblioteca da Academia das Ciências de Turim, é o texto cristão que mais pormenorizadamente descreve todas as peripécias da conquista de Silves, além de apresentar, com bastante minúcia, o itinerário seguido pelos cruzados, desde o Mar do Norte às costas mediterrânicas da Narbonensis.<sup>15</sup> Relato escrito por um sacerdote que participou na expedição,<sup>16</sup> de provável origem alemã, visto que utiliza sempre pontos de referência teutónicos na sua descrição dos acontecimentos, como já notou Saavedra Machado.<sup>17</sup>

Trata-se de um texto redigido nos inícios do século XIII,<sup>18</sup> por certo a partir de notas que foram sendo tomadas à medida que a expedição avançava, resultando, por isso, numa organização escrupulosamente cronológica da narrativa, quase como se de um diário se tratasse, a que acrescenta pormenores de grande interesse, relativos a aspectos geográficos e naturais. Por estas e outras características já aduzidas, este relato pode ser integrado, em termos tipológicos, no conjunto das narrativas que descrevem as expedições dos cruzados, geralmente a regiões longínquas, como as que tratam da conquista de Lisboa e Almería, por exemplo. Oscilam, por estas

---

<sup>14</sup> O texto de que nos servimos é o da edição, com estudo introdutório e notas críticas, de Charles Wendell David, *Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium, A. D. 1189*, Philadelphia, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 1939, vol. 81, pp. 591-676 (adiante citado pela sigla *NIN*). Editado pela primeira vez em Itália, por Costanzo Gazzera, que descobriu o manuscrito e o publicou pela Academia das Ciências de Turim em 1840, foi depois traduzido por João Baptista da Silva Lopes com o título *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que Partiram do Escalda para a Terra Santa no Ano de 1189*, Lisboa, 1844; mais tarde reeditado na íntegra por Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda, *História Orgânica e Política do Exército Português*, Lisboa, 1908, vol. 4, pp. 347-363, e, em parte, por Alfredo Pimenta, *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisboa, 1948, pp. 159-185.

<sup>15</sup> Para além deste, L. Saavedra Machado, *op. cit.*, 10 (1934), pp. 587-589, indica todas as crónicas latinas que citam os ataques a Alvor e Silves. De referir também as fontes árabes que noticiam a conquista, apresentadas por David Lopes, “Cousas arabico-portuguesas”, *O Archeologo Português*, 1 (1895), pp. 273-279, e José D. Garcia Domingues, “Novos aspectos da Silves árabe”, *Gil Vicente*, 2ª série, 8 (1957), pp. 88-89. Sobre tudo isto veja-se ainda Charles W. David, *op. cit.*, pp. 608-609.

<sup>16</sup> Acerca da sua condição clerical, veja-se o que escreveu Charles W. David, *op. cit.*, pp. 599-600. A sua participação directa na expedição é bem visível, pelo pormenor com que apresenta a sua narrativa, revelando uma vivência pessoal dos acontecimentos que narra.

<sup>17</sup> Quando, por exemplo, refere o uso da medida alemã, compara Silves com Goslar, uma cidade alemã, equipara a largura do Tejo à do Elba; quando, ainda, se refere a ele próprio e aos seus associados como *nos de regno Teutonico*; cf. L. Saavedra Machado, *op. cit.*, p. 587, e Charles W. David, *op. cit.*, p. 599.

<sup>18</sup> Apesar de Alfredo Pimenta, *op. cit.*, p. 159, considerar o ano de 1191, baseando-se para isso numa passagem do relato que faz referência ao facto de Lisboa ter sido conquistada pelos cruzados à quarenta e quatro anos; esta data refere-se, segundo Charles W. David, *op. cit.*, pp. 597, 598 e 616, nota 88, não ao momento em que o autor estava a escrever, mas ao da sua chegada a Lisboa, tendo errado, portanto, na data que indica para a conquista desta mesma cidade.

especificidade, entre o relato de viagens e a crónica propriamente dita, no sentido historiográfico do termo.<sup>19</sup>

Com base neste relato da conquista, elaborado a partir de uma situação de guerra, pretendemos reconstituir a imagem que o autor faz dos agentes que aí participam: muçulmanos e cristãos, sendo estes divisíveis, de forma bem marcada, em dois sectores (portugueses e cruzados). Através do levantamento dos seus elementos caracterizadores, e individualizantes enquanto grupo, e, por outro lado, dos critérios de diferenciação adoptados pelo cronista. Podemos, assim, perceber qual é a sua concepção da conquista, com que fundamentos teóricos justifica e legitima a necessidade do acto de fazer guerra. Pela intercepção destas duas componentes (a teoria e a prática da guerra) torna-se possível delinear o modelo ideológico subjacente (e que é transmitido) à guerra com o Islão, e determinar, então, o seu fim último, pelo grau de aproximação/afastamento do real com o ideológico.

3. É a designação *sarracenos* (*Sarracenis*)<sup>20</sup> a que surge com mais frequência para identificar os muçulmanos enquanto povo, contendo, assim, um sentido generalizador, sentido esse que lhe retira qualquer carga depreciativa que inicialmente possa ter tido pela assimilação do termo ao “invasor” muçulmano. Esta é a forma mais corrente, uma vez que o designativo étnico *mouros* (*Maurus*)<sup>21</sup> surge apenas duas vezes citado, aparentemente com o mesmo significado do termo anterior. Os muçulmanos são aqui entendidos como um todo, na sua globalidade, e a distinção nominativa que deles

---

<sup>19</sup> A caracterização deste tipo de fontes encontra-se no trabalho muito útil de Jean Richard, *Les récits de voyages et de pèlerinages*, Turnhout, 1981.

<sup>20</sup> *NIN*, p. 614 e ss. O termo *sarraceno* é primeiramente aplicado às tribos nómadas que habitavam a Península do Sinai, designando nos séculos V e VI os clãs semitas do Médio Oriente, que se tinham fundido com as anteriores. No século IV S. Jerónimo avança já uma explicação para esta nomenclatura, dizendo que os sarracenos são descendentes dos agarenos e que decidiram mudar o seu nome para se colocarem na descendência directa da esposa legítima de Abraão, Sara, e não da sua escrava Agar (*Génesis*, 16, 1-16), tese mais tarde retomada pelos autores cristãos medievais. Com a formação do Império Árabe, este vocábulo passa a denominar também os indígenas da Península Arábica, difundindo-se depois para Ocidente a par das suas conquistas e pela acção propagandística da Igreja. Na Península Ibérica o termo refere-se, de início, aos conquistadores que vêm do Oriente, e só no fim do século XI, com a entrada dos almorávidas, perde o seu carácter étnico-geográfico para adquirir conotações religiosas. Cf. Dolores Oliver Pérez, “Sarraceno: su etimología e historia”, *Al-Qantara*, 15 (1994), pp. 99-130.

<sup>21</sup> *NIN*, p. 624. A palavra *mouro* (*mauro* em latim, *al-Mar* em árabe) tem raízes no termo semítico *mahourin*, que significa “as pessoas do Oeste”; assim, *maurus* são os habitantes das províncias romanas da Mauritânia, pelo que este termo passa a designar os conquistadores muçulmanos vindos pelo Norte de África e, por generalização, todos os muçulmanos, independentemente da sua origem étnico-

apresenta tem apenas em conta critérios de ordem geográfica (*Sarraceni autem in Hispania habitantes Andeluci dicuntur, qui in Affrica, Mucimiti vel Maximiti vel Moedini, qui in Marorlce, Moravidi*).<sup>22</sup> São também, e sobretudo, os *inimigos*:<sup>23</sup> numa perspectiva político-militar, contextualizada por toda a dinâmica inerente ao processo de Reconquista, e noutra, religioso-ideológica, que justifica, legítima e enforma a primeira. De facto, para o cronista, o muçulmano é o inimigo de Cristo (*hostes Christi*),<sup>24</sup> atribuindo maior amplitude valorativa à designação *inimigo* pela introdução do elemento religioso. Este sentimento é ainda mais reforçado quando os designa de *pagãos (paganis)*,<sup>25</sup> de não-crentes, segundo a sua perspectiva cristã, o que introduz de imediato, por esta incompatibilidade, uma situação de ruptura e, conseqüentemente, de guerra.

Ao ser inimigo da religião cristã, o muçulmano é necessariamente adjectivado com atributos negativos, destacando-se a sua crueldade, pela forma como matava os cristãos que tinha cativos em Silves (*suspendunt tres Christianos per pedes, quos ante habuerant captivos, et gladiis et lanceis usque ad mortem percusserunt*).<sup>26</sup> Cidade esta que ele considera ser a mais forte de toda a Hispania, a que mais mal provocava aos cristãos peninsulares (*in Hispaniis munitior non esset civitas, et Christianis tam infesta*),<sup>27</sup> por certo devido à grande multidão de inimigos (*copiosa*

---

geográfica. Cf. E. Lévi-Provençal & E. van Donzel, “Maures”, *Encyclopédie de l’Islam*, nouvelle édition, Paris/Leiden, 1989, tomo VI, pp. 839-840.

<sup>22</sup> *NIN*, p. 621. O termo *Andeluci* refere-se, obviamente, aos andaluzes, ou seja, os habitantes de al-Andalus; *Mucimiti* e *Maximiti* são formas corruptas de *Masmudah*, nome da tribo berbere de onde é oriundo o fundador do movimento almóada; *Moedini* poderá referir-se a *Muwahhidun*, a designação religiosa dos almóadas, segundo a leitura de Charles W. David; por fim, *Moravidi* designa os almorávidas, aqui apontados como habitantes de Marrocos. Cf. Charles W. David, *op. cit.*, p. 621, notas 164 a 167; J. Corominas & J. A. Pascual, *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid, 1985, vol. 4, p. 135, para o termo *Morabito*, que designa um asceta muçulmano e que está na origem do nome dos almorávidas, aparentada, assim, a *Moravidi*.

<sup>23</sup> Patente em expressões como *inimicorum terras, hostes Christi, hostibus*; *NIN*, pp. 618 e 626.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 626.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 621 e ss. “Perçu en fonction d’ une vision égocentrique qui consiste à nier tout sentiment religieux aux peuples d’ une foi différente, le haut Moyen Age fit du Sarrasin un guerrier païen et idolâtre”; cf. Philippe Sénac, *L’ image de l’ autre. L’ Occident médiéval face à l’ Islam*, Paris, 1983, p. 25. Na época das Cruzadas, a crença de que o Islão era uma religião pagã estava profundamente enraizada na mentalidade colectiva, difundindo-se a ideia de que os muçulmanos, idólatras que eram, adoravam a imagem do seu deus, Maomé. Concepção que resultou da propaganda anti-islâmica desencadeada pela Igreja, mesmo antes das Cruzadas, e onde as *canções de gesta* desempenharam um papel preponderante, na sua difusão junto da comunidade laica. Cf. Jean Flori, *op. cit.*, pp. 211-217; Norman Daniel, *Heroes and saracens. An interpretation of the chansons de geste*, Edimburgo, 1984, em especial as pp. 136-142.

<sup>26</sup> *NIN*, p. 623.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 629. Nas pp. 619-621 o autor apresenta uma descrição de Silves onde destaca a qualidade das suas fortificações: *Et quatuor erant intus munitiones, quarum prima civitas ampla in valle quam*

*multitudo hostium*)<sup>28</sup> que aí havia. A grandeza e importância da Silves islâmica é, de facto, comprovada por vários testemunhos, quer em descrições coevas quer pelos estudos ultimamente realizados;<sup>29</sup> no entanto, a sobrevalorização da cidade e do número dos seus habitantes, quase imensurável, pretende, acima de tudo, engrandecer quem a conquistou: exagerando as suas dimensões, exagera-se a qualidade do feito concretizado.<sup>30</sup>

---

*rovalle dicunt; civitas in monte quam almadinam vocant, habens aliam munitionem proclivem in rovalle, descendentem ad conductus aquarum et cuiusdam fluvii qui dicitur Widradi (...) et super conductum III<sup>or</sup> turres ita ut superior civitas inde aquis habundaret, et hec munitio corrasce dicitur. Introitus portarum ita angulosi et tortuosi erant ut facilius transsiretur murus quam ostium intraretur. Item subprimum castrum alcaz dicebatur. Item una magna turris erat in rovalle, et habebat viam ad almadinam, id est muro quodam testudinato, ita ut de ea videri posset quid exterius muro almadine accideret, et impugnantes murum a tergo ledi possent a turri, et e converso; et hec alverana dicitur.* Sobre isto veja-se Rosa Varela Gomes, *Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves*, Lisboa, 1987, vol. 1, pp. 24-36, dissertação de mestrado policopiada; *idem*, “A arquitectura militar muçulmana”, *História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, 1989, pp. 33-37; com Mário Varela Gomes, “Dispositivos defensivos de Silves”, *Moçárabe em peregrinação (de Mértola ao cabo de S. Vicente)*, Lisboa, 1990, pp. 59-66; um estudo pormenorizado das fortificações de Silves, acompanhado de abundante documentação iconográfica, encontra-se na obra de Basilio Pavon Maldonado, *Ciudades y fortalezas lusomusulmanas*, Madrid, 1993, pp. 47-71. Sobre as características e tipologia das fortificações do Andaluz, em termos gerais, cf. Juan Zozaya, “Las fortificaciones de al-Andalus”, *Al-Andalus: las artes islámicas en España*, Madrid/Nova York, 1992, pp. 63-73.

<sup>28</sup> *NIN*, p. 624. Relativamente à quantidade dos seus habitantes, o autor do relato refere 15 800 quando terminou a conquista; Herculano e Garcia Domingues, tomando este número por referência, contabilizam entre 25 e 30 mil pessoas para a Silves muçulmana, quantidade manifestamente exagerada se tivermos em conta os valores mais recentes, propostos por Fátima Botão, apontando cerca de cinco mil vizinhos para Silves antes da primeira ocupação cristã. Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Lisboa, 1980, vol. 2, p. 50, nota 38, ed. crítica de José Mattoso; José D. Garcia Domingues, *História luso-árabe*, Lisboa, 1945, pp. 237-238 e 251-252; Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, pp. 53-54, nota 1. Mais do que um elemento quantificável, o número pode ser o indicador de uma qualidade, exprimindo a proeza dos guerreiros cristãos, por conquistarem uma cidade tão bem defendida.

<sup>29</sup> Vejam-se os estudos já anteriormente citados, e ainda A. H. de Oliveira Marques, “O ‘Portugal’ islâmico”, *Portugal, das invasões germânicas à Reconquista*, Lisboa, 1993, vol. 2, p. 47; Christophe Picard, *Le Gharb al-Andalus: étude régionale d’après les sources littéraires et archéologiques*, Paris, 1986, vol. 2, pp. 253-265, thèse de III<sup>ème</sup> cycle dact. Sobretudo o trabalho de Rosa Varela Gomes, “A cidade muçulmana”, *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares. Actas*, Lisboa, 1993, vol. 2, pp. 27-54, onde, depois de uma breve síntese das características estruturais da cidade muçulmana, analisa em particular o caso de Silves.

<sup>30</sup> Note-se que o autor do relato é proveniente do Norte da Europa, onde o peso civilizacional do mundo urbano era ainda reduzido, ao contrário do que se passava com o Islão, sendo, portanto, natural o fascínio que se depreende da sua narrativa: considera Lisboa “*opulenta et magna*”, e ao chegar a Silves, mais marcada ainda pela influência islâmica, esta é já a cidade das “*amoenissimas manssiones*”, “*multo municior erat quam Ulixbona et in decuplo locuplecior et edificiis preciosior*”; *NIN*, pp. 616, 619 e 629, respectivamente. Diz, a este propósito, Luís Krus (“A cidade no imaginário medieval”, *Diário de Notícias*, Suplemento de História, Lisboa, 29-03-1983, p. 14), que nos textos descritivos da conquista de cidades ao Islão, “o desafio para o assédio e tomada nasce mais da solidez das muralhas de pedra e da prodigalidade das riquezas que encerram, do que do facto de estarem nas mãos dos infiéis”. Assunto também presente no artigo de Rita Costa Gomes, “A Reconquista e o imaginário da cidade peninsular”, *A simbólica do espaço. Cidades, ilhas, jardins*, coord. Yvette Centeno e Lima de Freitas, Lisboa, 1991, pp. 43-57. Se, de facto, a grandiosidade de Silves era uma realidade, revelando, politicamente, muito maior dinamismo que Lisboa, podemos notar, porém, algum exagero nesta narrativa, “justificando assim o tempo e as dificuldades da sua conquista”, nas palavras de Rosa Varela Gomes, *Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves, op. cit.*, p. 23, que perfilhamos. Numa das narrativas sobre a

Conotado como o inimigo em termos religiosos e caracterizado pela crueldade, o muçulmano é forçosamente considerado como aquele que desencadeou a guerra, o elemento provocador da violência,<sup>31</sup> tornando-se imperativa a sua destruição, como o fizeram os cruzados que atacaram o castelo de Alvor, onde mataram quase toda a sua população, sem distinção de sexo ou idade (*castrum quod subiacebat dominio Silvie, Alvor nomine, expugnaverunt, nulli etati vel sexui parcentes; et, sicut veraciter audivimus, circiter V. milia et sexcentos occiderunt*).<sup>32</sup> Assim, é a crueldade demonstrada pelo lado muçulmano que torna obrigatória a entrada dos cristãos na guerra contra aqueles; é esta a ideia sugerida pelas palavras do cronista que presenciou a morte dos cristãos cativos, devendo-se ter em atenção a grande carga afectiva aí expressa, que abre um abismo quase intransponível entre cristãos e muçulmanos (*unde lacrimosa compassione doluimus et ad bellandum magis exasperati sumus*).<sup>33</sup>

Contrariamente ao muçulmano, e enquanto representantes da Cristandade, os cruzados são como que o instrumento de Deus, do Bem, para efectuar a destruição do infiel, a encarnação do Mal, pelas referências frequentes à intervenção da divindade. Neste sentido, são extremamente explícitas as palavras de Philippe Sénac, quando diz que “ce n’ étaient plus seulement deux puissances politiques ou militaires qui s’ affrontaient, mais deux idéologies, le Bien et le Mal”.<sup>34</sup> Estando o chefe das forças portuguesas relutante quanto às possibilidades da conquista de Silves, propondo mesmo o ataque a um outro lugar, o cronista refere que é pela grande confiança dos cruzados na ajuda divina que conseguem coragem, ousadia e disposição para a luta (*nos autem magis confisi in Domino fiducialiter, maioris opere laborem aggressi*

---

conquista de Lisboa, a *carta* para Osberno, apresenta-se uma cidade muito rica, populosa e bem defendida, que não encontra paralelos na descrição, coeva e mais modesta, talvez mais realista, que dela faz o geógrafo muçulmano al-Idrisi, a confirmar, com outro exemplo, as nossas reflexões; cf. Hermenegildo Fernandes, “Uma cidade no imaginário medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville”, *Estudos Medievais*, 7 (1986), pp. 3-27.

<sup>31</sup> O Ocidente medieval considerava o Islão como uma religião que pregava a guerra e que admitia o uso da violência para impor a sua fé aos novos territórios conquistados, contrapondo o facto do cristianismo se ter expandido de forma pacífica. Mas a verdade é que são os próprios cruzados a violarem os preceitos cristãos, pela violência guerreira que exerciam sobre os muçulmanos (vejam-se exemplos disto em *NIN*, pp. 618 e 639), atitude plenamente justificada, é certo, pela violência que em primeiro lugar desencadearam os infiéis. Sobre isto veja-se Jean Flori, *op. cit.*, pp. 205-210.

<sup>32</sup> *NIN*, pp. 616-617. Esta guerra total contra o muçulmano aparece formulada nas canções de gesta e crónicas francesas dos séculos XI e XII, veículos difusores de uma mentalidade de cruzada na Península Ibérica; cf. Ron Barkai, *Cristianos y musulmanes en la España medieval (el enemigo en el espejo)*, Madrid, 1991<sup>2</sup>, pp. 154-170.

<sup>33</sup> *NIN*, p. 623.

<sup>34</sup> Philippe Sénac, *op. cit.*, p. 56.



*sumus*).<sup>35</sup> Por outro lado, a imagem negativa atribuída aos portugueses e à qualidade da sua intervenção no cerco, demonstrativa de uma parcialidade mal fundamentada, pode ter também o objectivo de reforçar positivamente a imagem dos cruzados, como veremos adiante.

Como instrumento de Deus que são, os cruzados beneficiam assim do seu auxílio, nos momentos de desânimo ou quando o inimigo parece prevalecer. Nestas ocasiões torna-se necessário o recurso a um poder sobrenatural que altere a ordem das coisas e as reordene no bom sentido. De facto, não raras vezes é o próprio Deus que intervém na peleja, dando ânimo e força aos cristãos e inculcando medo nos muçulmanos, forçando-os a uma fuga precipitada (*sed Domino vires nostris largiente et illis timorem immitente ita unus omnes fugavit*),<sup>36</sup> numa demonstração da irredutibilidade do Seu poder, pela capacidade de controlar e conduzir os próprios comportamentos do inimigo. A conquista da cidade é então atribuída à própria divindade, só tornada possível pela Sua participação. Parece ser esta a concepção do cronista ao dizer que foi pela virtude da Virgem, e não pelos seus esforços, que os muçulmanos abandonaram a vigilância e defesa que exerciam sobre as muralhas, permitindo o avanço cristão (*Dei igitur Genitricis virtute et non nostra, Sarraceni III<sup>or</sup> firmissimas turres et propugnacula deseruerunt, deicientes balistas et spatas perplures*),<sup>37</sup> inscrevendo assim a actuação dos cruzados numa organização providencialista dos acontecimentos.

4. Do relato da conquista ressalta uma imagem negativa dos guerreiros portugueses e do rei, assente em sentimentos como o medo, a cobardia e a falta de lealdade, que lhes são atribuídos. Pelas palavras do próprio cronista, os portugueses amedrontavam-se e pediam ao rei que levantasse o cerco e se retirassem (*pavefacti Portugalenses [...] ceperunt tam regem quam nostros sollicitare de recessu*);<sup>38</sup> além disso o esforço por eles desenvolvido era mínimo, visto que durante todo o tempo do cerco não trabalhavam nem lutavam (*toto tempore obsidionis Portugalenses nec*

---

<sup>35</sup> *NIN*, p. 619.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 624; cf. também p. 622.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 625.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 626; cf. também p. 627.

*laborabant nec pugnabant*).<sup>39</sup> Por seu lado, Sancho I é acusado de falta de lealdade e de honra: terminado o cerco e conquistada a cidade não repartiu com os cruzados, como tinha sido acordado, o produto do saque, desrespeitando assim o acordo anteriormente feito e suscitando a animosidade dos “estrangeiros” (*ideo peregrini sic iniuriose tractati minus amice ab eo separati sunt*);<sup>40</sup> a agravar esta imagem o rei não cumpre aquilo que prometeu, pois tinha feito o voto de dar ao Santo Sepulcro a décima parte de toda a terra, o que não cumpriu depois de tomada a cidade (*preterea, antequam caperetur urbs, decimam partem totius terre voverat sepulcro Domini [...] sed post captam urbem votum non implevit*).<sup>41</sup>

As palavras de desagrado expressas na crónica revelam duas atitudes contraditórias: a dos “estrangeiros”, mais preocupados com a pilhagem e que viam a conquista de Silves como uma fonte de rendimentos fáceis e imediatos; a do rei, que pretendia sobretudo “uma cidade com vidas, comércio e população”,<sup>42</sup> para a integrar num reino em plena expansão territorial. Curiosamente, o motivo das preocupações do cronista não é a luta pela fé, por Cristo, como afirma com frequência, mas antes o receber ou não o produto do saque, as riquezas da cidade, às quais, e na sua ordem de ideias, tinham legitimamente direito, o que não evita, porém, os reparos que lhe são feitos por Herculano, afirmando sobre eles que “como cristãos que diziam combater pela glória e engrandecimento da própria crença, esta resistência dos estrangeiros [à saída dos habitantes da cidade com todos os seus bens móveis], (...) era uma detestável cobiça”.<sup>43</sup> Aquelas críticas ao cristão hispânico pretendiam também sobrevalorizar a actuação desenvolvida pelos cruzados, “estrangeiros” portanto, no

---

<sup>39</sup> *Idem*, p. 629. Aspecto igualmente presente na *Ymages Historiarum* do cronista inglês Ralph de Diceto: “Qui (scil. rex portugalensis) cum exercitu super venerat, sed christianis nullum praestabat auxilium”, citado por Alexandre Herculano, *op. cit.*, p. 68, nota 51.

<sup>40</sup> *NIN*, p. 632. Note-se que este problema já se tinha colocado aquando da participação dos cruzados na conquista de Lisboa em 1147, originando, de igual modo, confrontos entre estes e o rei português.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>42</sup> José D. Garcia Domingues, *História luso-árabe*, *op. cit.*, p. 253. Ver também Alexandre Herculano, *op. cit.*, pp. 66-68; Saavedra Machado, *op. cit.*, pp. 381-382. Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Elementos exógenos do povoamento em Portugal durante a Idade Média”, *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, 1989, vol. 1, p. 45; Philippe Sénac, *op. cit.*, pp. 104-105.

<sup>43</sup> Alexandre Herculano, *op. cit.*, p. 63. De notar que, já desde os seus inícios, o movimento das Cruzadas foi duramente criticado por autores coevos. Foucher de Chartres e Ralph Niger, por exemplo, insurgem-se contra a permissividade dos chefes e a arrogância, cupidez, fornicção, adultério, indisciplina e falta de intenções correctas (um dos princípios da *guerra justa*, que implica a recusa da violência e pilhagem gratuitas) por parte dos cruzados; cf. Michel Balard, *op. cit.*, p. 83. Outros motivos de crítica colhem-se no texto do cronista anónimo de Würzburg, de reacção à II Cruzada, em Fernanda Espinosa, *Antologia de textos históricos medievais*, Lisboa, 1972, pp. 296-297.

âmbito da *Reconquista* peninsular; ideia presente nas crónicas dos autores franceses do século XII, escritas em contexto ibérico, segundo os quais, e nas palavras de Ron Barkai, “los españoles carecían de la fuerza e la valentía para hacer frente a sus enemigos; peor aún: se revelaban como ‘falsos’ y ‘traidores’ que no vacilaban en causar daño a aquellos que habían venido dispuestos a sacrificar la vida por ellos”.<sup>44</sup>

Apesar de tudo, os mesmos cruzados não são vistos numa perspectiva uniforme. Desse todo aparentemente homogéneo o cronista refere de um modo especial os flamengos, para os criticar pela negativa: pelo facto de provocarem distúrbios no acampamento, querendo levantar o cerco (*intervenit etiam molestia dissensionis, aliis, et maxime Flammigis, volentibus discedere*),<sup>45</sup> e por não respeitarem o acordo com D. Sancho I em relação ao saque da cidade, assaltando-a e roubando os víveres aí existentes, que depois vendiam no arraial dos portugueses (*nostri quidam, et maxime Flammigi, furtive vendebant ultra muros frumenta Portugalensibus*).<sup>46</sup> O autor fala ainda dos guerreiros que, depois de tomada a cidade, começaram a roubar e a maltratar os seus habitantes (*populus noster satis turpiter quosdam exspoliavit contra pactum et verberavit*),<sup>47</sup> não respeitando, de novo, o acordo com o rei, o que originou confrontos entre os próprios sitiados.

Estas constatações revelam, mais uma vez, que a principal preocupação dos cruzados residia na posse e fruição das riquezas da cidade, recompensa naturalmente merecida depois do esforço gasto numa empresa feita em nome de Deus. Parece, no entanto, ser este o único móbil da conquista, o que se justifica se tivermos em conta a baixa condição socio-económica destes *milites*, sendo a guerra um modo de vida alternativo à sua precaridade material no Ocidente.<sup>48</sup> Ideia que podemos reforçar pelo facto do autor dar grande relevo a esta questão na narrativa que faz dos acontecimentos, e pelos motivos com que justifica o desentendimento com o rei português.

---

<sup>44</sup> Ron Barkai, *op. cit.*, p. 161.

<sup>45</sup> *NIN*, pp. 623-624.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 632. Cf. *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês*, Lisboa, 1989, p. 38, ed. José da Felicidade Alves, onde se apresenta também uma imagem negativa dos cruzados flamengos, ávidos de bens materiais.

<sup>47</sup> *NIN*, pp. 628-629.

<sup>48</sup> Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 46; Michel Parisse, “Les ‘profits’ de la guerre sainte”, *Les Croisades*, Paris, 1988, p. 130; as palavras de Philippe Sénac, *op. cit.*, p. 103, são demonstrativas desta ideia: “peu à peu, la guerre contre l’ infidèle devenait une affaire matérielle”.

5. O cronista considera o muçulmano como o inimigo, percepção construída *a priori* e assente na sua mundividência cristã ocidental. Inimigo porque não acreditava em Cristo, justificando-se assim a luta que pretendia a sua destruição, apesar de no lado português se optar, contrariamente e por razões bem diversas das dos cruzados, pela sua integração. É, porém, necessário relativizar o alcance desta política integradora, uma vez que nestas últimas décadas do século XII, a um acentuar do belicismo cristão, despoletado pela agressividade e intolerância almóadas, corresponde um reforço da ideia de guerra santa, tendente a extremar populações tradicionalmente conviventes.<sup>49</sup> De qualquer modo, é daquele argumento que Carl Erdmann se serve para justificar a inexistência de uma mentalidade de cruzada nas guerras contra os muçulmanos em Portugal, caracterizando-as pela “preponderância do interesse nacional sobre o fim espiritual”.<sup>50</sup>

A posição assumida pelo cronista, extensível a todos os guerreiros cristãos, revela a interiorização/transmissão do modelo ideológico que enforma o movimento das Cruzadas: a ideia de guerra santa contra o infiel. Ideia que está, de facto, expressa nesta crónica, pela atitude face ao muçulmano e por filiar a actuação dos cruzados nos desígnios da divindade; quando, ao referir o apelo do papa para a libertação dos lugares santos,<sup>51</sup> o autor nos diz que alguns quiseram ir por mar fazendo longas e penosas peregrinações para se redimirem dos seus pecados (*inter quos quibusdam placuit per longissimos tractus maris peregrinationis incolarum pro abolitione*

---

<sup>49</sup> Cf. José Mattoso, “D. Sancho I, o Povoador”, *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, Lisboa, 1983, vol. 2, pp. 91-107. Neste contexto se inscreve a doação a Sancho I da bula *Manifestis probatum est* por Clemente III em 1190, pouco tempo após a conquista de Silves, louvando-lhe os serviços prestados à Igreja pelas vitórias conseguidas contra os inimigos da fé; ANTT, *Gavetas*, XVI, mç. 2, doc. 15, fl. 1<sup>v</sup> (publicada em *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1960, vol. I, pp. 26-28). A atitude oficial da Igreja em relação ao Islão, de que este cronista é testemunho, vai reflectir-se em textos portugueses coevos, nomeadamente nos *Annales Domni Alfonsi Portugalensium Regis* (c. 1185-1195), talvez o exemplar mais representativo da assimilação da ideia de guerra santa pelos cronistas portugueses; estudado por Bernardo Vasconcelos e Sousa, “A imagem do mouro nos *Anais de D. Afonso Henriques*”, *A imagem do mundo na Idade Média. Actas*, Lisboa, 1992, pp. 147-154.

<sup>50</sup> Carl Erdmann, *A ideia de cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, p. 52; cf. também pp. 24-28. Não quisemos deixar de citar aqui estas palavras de Erdmann, apesar do “nacionalismo” de que estão imbuídas, pois cremos que será bastante precoce falar da existência de um “interesse nacional” para esta época.

<sup>51</sup> Foi a conquista de Jerusalém em 1187 por Yusuf Salah al-Din (Saladino) que levou o papa Gregório VIII, e depois Clemente III, a lançar novo apelo para a sua libertação, referido pelo cronista logo no início do seu relato, dando origem à III Cruzada ao Oriente, na qual estes cruzados vêm integrados: *Anno siquidem dominice incarnationis M.C.LXXX.VII., a Saahadino rege Egypti destructa terra promissionis, captis urbibus, captivatis, vel necatis incolis, predicationis tuba cum indulgentia apostolice auctoritatis late per Christianorum terminos evagata, ad restaurationem miserabilis cladis innumerabilem movit populum* (NIN, p. 610).

*criminum erumpnosam semitam protelare*),<sup>52</sup> como se a escolha da via marítima fosse pura e simplesmente de ordem devocional. O elemento mar, por todos os perigos que encerra,<sup>53</sup> tal como a própria guerra, surge aqui como um caminho simbólico de penitência, um caminho tormentoso mas que conduz à redenção de uma Cristandade pecadora.

A imagem que apresenta dos portugueses, e mesmo de uma determinada facção dos cruzados, é construída a partir de pressupostos contraditórios, porventura mais realistas, em nada relacionados com toda esta espiritualidade envolvente; pressupostos esses que têm por base um problema económico, um dos elementos dinamizadores das Cruzadas numa Europa em crescimento.<sup>54</sup> Se a guerra contra o muçulmano é apresentada sob uma perspectiva religiosa, que a legitima, o cronista revela, no entanto, uma outra face dessa mesma guerra: o seu carácter economicista, que nos surge em aparente contradição com o ideal religioso que originariamente a motivou.

---

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>53</sup> Cf. Christiane Deluz, “Pelèrins et voyageurs face à la mer (XII<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles)”, *Horizons marins, itinéraires spirituels (V<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, 1987, vol. II, pp. 277-288; a autora analisa relatos de viagens dos séculos XII ao XVI onde é marcante o medo e o terror que o mar, mundo desconhecido, inspira ao longo de toda a Idade Média. Michel Balard, *op. cit.*, pp. 143-145, apresenta o problema sob uma outra perspectiva, realçando sobretudo os aspectos positivos, práticos, da viagem por mar, o meio preferido e o mais usado desde os fins do século XII para chegar ao Oriente. Num sentido teológico, Aelred de Rievaulx considera o mar como um elemento que se situa entre Deus e nós, sendo então a sua travessia a passagem, penosa e difícil, para Deus, para a Jerusalém celeste, que é o que parece fazerem estes cruzados; cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des symboles*, Paris, 1991, pp. 623-624.

<sup>54</sup> Se para a primeira Cruzada os objectivos económicos não estão presentes, sendo apenas uma questão de fé, como o afirma Michel Parisse, *op. cit.*, pp. 126-131, depois, e uma vez que se conhece melhor a realidade oriental, as motivações económicas dos cruzados tornam-se mais evidentes; como diz Philippe Sénac, *op. cit.*, p. 103, “l’ idéal religieux qui avait guidé les premiers soldats du Christ tendit bientôt à dégénérer au profit d’ objectifs moins nobles mais plus rentables”.